



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5259

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Créditos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 06/07/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 62/2004. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial ao orçamento vigente, para efetivação da verba remuneratória dos conselheiros tutelares que integram o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Controle Interno – Caixa: 05

Posição: 54

Número de folhas: 04

Especie: Pz
Categoria: crédito
nº: 05
Ordem: 54
nº fls: 02



62/2004
62
08.06.2004

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2004

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Público Municipal a abrir crédito especial ao

orçamento vigente para efetivação da verba remuneratória dos conselheiros tutelares

dos direitos da criança e do adolescente.

Carina

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 06/07/2.004
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 -
- 4 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 5 - C.A. EM 08.07- 2004
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 - Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

PROJETO DE LEI Nº.....DE 28 DE JUNHO DE 2004.

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE PARA EFETIVAÇÃO DA VERBA REMUNERATÓRIA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover a abertura de Crédito Especial junto ao Orçamento vigente, visando efetivação da verba remuneratória dos Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente, no valor que menciona, através da seguinte dotação:

0905 – 08.243.0023-2.187/339036 – Remuneração dos Conselheiros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente - R\$ 14.800,00

Art. 2º - Em atendimento à abertura do Crédito Especial mencionado no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a anular o valor de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

09.05 – 08.243.0023-2064-339036 - R\$ 14.800,00

Art. 3º - A transferência ou repasse deste recurso financeiro do Município, atende ao disposto na Emenda à Lei Orgânica nº 33, de 11 de maio de 2004, Lei Municipal 1.935, de 15 de maio de 1991, artigo 8º, inciso XIII e artigo 37 e parágrafos, devendo atender ainda às determinações da Lei 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de maio do corrente ano.

Prefeitura de Montes Claros (MG), 28 de junho de 2004.

Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E POSITIVA
EM 07 DE JULHO DE 2004
[Signature]
PRESIDENTE

E nome contatado

[Signature]
[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 08 DE JULHO DE 2004
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 - Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

Montes Claros, 28 de junho de 2004.

Ofício nº: CJ/NAA/048/04

Assunto : Encaminhamento Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

Como é do conhecimento de V. Sa. já tramitou por esta Egrégia Casa Legislativa e foi aprovada a Emenda à Lei Orgânica Nº 33, de 11 de maio de 2004, que autoriza a remuneração dos Conselheiros que compõem o serviço público relevante desempenhado pelos Conselhos Tutelares.


Oportuno informar que a verba remuneratória a ser autorizada, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, aos dois Conselheiros Tutelares está prevista no ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na Lei Municipal 1.935, de 15 de maio de 1991, artigo 8º, inciso XIII e artigo 37 e parágrafos, bem como a verba remuneratória de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais a ser pago ao Conselheiro Presidente.

Portanto, submetemos a apreciação dessa Casa Legislativa o incluso projeto de lei que, aprovado, permitirá ao Executivo Municipal a abertura de crédito especial, para efetivação do pagamento da verba remuneratória aos Conselheiros Tutelares, referente participação no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, que constitui serviço público relevante.

Com estas breves considerações, o Executivo Municipal espera que o presente Projeto possa ser integralmente aprovado.

Ao ensejo, renovamos a V. Sa. e aos Senhores Vereadores, protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal



Ao Ilmo. Sr.

Vereador José Maria Saraiva,

MD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

NESTA.